




**CONTRATO DE PARCERIA  
ATIVO 3+ - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE**

Entre:

**Município da Marinha Grande**, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça Guilherme Stephens, Marinha Grande, NIPC 505 776 758, representado por Aurélio Pedro Monteiro Ferreira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, adiante designado como entidade concedente ou primeiro outorgante; e

**Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria**, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede no Largo da República, S/N, 2430-795 Vieira de Leiria, NIPC 501 931 724, representada por Sérgio Jorge Lopes Fernandes na qualidade de Presidente de Direção, adiante designada como entidade beneficiária ou segundo outorgante.

**Cláusula 1.ª**

**Objeto do contrato**

O presente contrato tem por objeto a execução de um Programa de Atividade Física para a 3.ª Idade, para o ano de 2023, destinado maioritariamente a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e com necessidades muito específicas, com o objetivo de promover a prática de hábitos de vida saudáveis, facilitando, em parceria, o acesso da população idosa à prática de atividades físicas e desportivas visando contribuir para a melhoria das condições de vida e bem-estar dos munícipes/público-alvo do Concelho, de forma solidária e inclusiva.

**Cláusula 2.ª**

**Obrigações do segundo outorgante**

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral do Ativo 3+ - Programa de Atividade Física para a 3.ª Idade nos termos do presente contrato;
- b) Afetar o apoio financeiro concedido exclusivamente à execução do programa objeto deste contrato;
- c) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- d) Prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- e) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- f) Elaborar e enviar à entidade concedente, até 31 de março do ano seguinte, um relatório sobre a execução do contrato-programa, com um relatório de receitas e despesas e respetivos documentos comprovativos de todas as despesas efetuadas relativas ao presente contrato;
- g) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela entidade concedente que respeitem à execução do programa;
- h) Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes, beneficiários e outros, a celebração deste contrato;

**Cláusula 3.ª**

**Comparticipação financeira**

1. O primeiro outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao segundo outorgante através de subsídio, no montante de 920,00 euros (novecentos e vinte euros), para prossecução do objeto do presente contrato nos termos do programa de funcionamento.
2. Eventualmente, a componente financeira não abrangida pelo n.º anterior é assegurada pela entidade beneficiária.
3. O pagamento da participação financeira depende da inexistência, à data do mesmo, de uma situação de incumprimento por parte do beneficiário das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.
4. A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica: 0103/040701; cabimento n.º 965/2023; compromisso n.º 787/2023;





5. Em caso algum, será efetuado pelo primeiro outorgante qualquer pagamento no âmbito do presente contrato no ano seguinte e subsequentes.

6. Apenas serão suportados os encargos diretamente relacionados com objeto do presente contrato e até ao limite estabelecido no n.º 1.

**Cláusula 4.ª****Colaboração entre as partes**

O segundo outorgante compromete-se a assegurar uma estreita colaboração com o primeiro outorgante, com vista ao mais correto acompanhamento e execução deste Contrato e, em especial, a assegurar princípios de boa gestão financeira, tendo em conta a relação do custo/benefício do respetivo plano de atividades.

**Cláusula 5.ª****Acompanhamento e controlo deste contrato**

1. O primeiro outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato de parceria, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias;
2. A entidade beneficiária deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do presente contrato;
3. A entidade beneficiária deve organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação dos apoios concedidos;
4. O primeiro outorgante reserva-se o direito de, a todo o tempo, solicitar a apresentação da documentação referida no número anterior.
5. A entidade beneficiária da comparticipação financeira envia até 31 de março do ano seguinte, um relatório final sobre a execução do contrato de parceria, designadamente sobre os resultados alcançados e os custos envolvidos (receitas e despesas);

**Cláusula 6.ª****Revisão do contrato de parceria**

Qualquer alteração ou adaptação ao presente contrato carece de prévio acordo do primeiro outorgante, a prestar por escrito.

**Cláusula 7.ª****Suspensão**

Os benefícios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato suspendem-se se a entidade beneficiária se encontrar, em qualquer momento, em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais, para com a segurança social ou para com a entidade concedente.

**Cláusula 8.ª****Incumprimento e rescisão do contrato**

1. A falta de cumprimento do presente contrato ou desvio dos seus objetivos por parte do segundo outorgante constitui justa causa da rescisão do contrato, podendo implicar a devolução dos montantes recebidos.
2. A não afetação da verba atribuída aos fins a que se destina implica a devolução dos montantes recebidos ao abrigo deste contrato.
3. A cessação antecipada do contrato é precedida de audiência do segundo outorgante, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

**Cláusula 9.ª****Publicidade**

Todas as ações realizadas ao abrigo deste contrato, quando publicitadas ou divulgadas por qualquer forma, devem, obrigatoriamente, fazer referência ao programa e à comparticipação assumida pela Câmara Municipal no seu desenvolvimento, fazendo a menção ao apoio da Câmara Municipal da Marinha Grande e respetivo logótipo.



**Cláusula 10.ª**  
**Omissões**

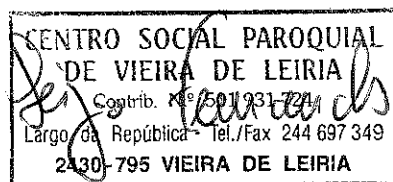
Os casos omissos no presente contrato de parceria ou quaisquer outras situações serão resolvidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande.

**Cláusula 11.ª**  
**Efeitos**

1. O presente contrato produz efeitos reportados à data de 1 de janeiro de 2023.
2. O presente contrato de parceria foi aprovado através de deliberação de Câmara Municipal de 29 de maio de 2023.

Marinha Grande, 13 de outubro de 2023

1º Outorgante



2º Outorgante





**Formulário de Candidatura**  
**Ativo 3+ - Programa de Atividade Física para a 3.ª Idade**

Carimbo de Registo de Entrada

**Ano: 2023**

**IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

**Dados da Entidade:**

Nome Completo: Centro Social Paroquial de Vieira de Leiria

Morada: Largo da República, s/n. – Vieira de Leiria

Código Postal: 2430-795 Vieira de Leiria

Telefone/Telemóvel: 244 697 349 / 912 477 128 E-mail: geral@cspvl.com

N.º Contribuinte: 501 931 724

NIB: **0033 0000 13480082041 23**

Nome responsável: António Brito

Telefone/Telemóvel: 912 477 128 E-mail: director.servicos@cspvl.com

**Objeto Social / Natureza da Entidade:**

Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com serviços de apoio à 3ª idade, desenvolvendo as seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI/Lar), Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

**Principais Atividades Desenvolvidas:**

Ginástica suave e criativa, sempre ritmada com música, e acompanhada com material variado e adequado, sendo trabalhado o relaxamento e a respiração. Na medida do possível, serão realizados também vários passeios e caminhadas, na Vieira, na praia, no campo e noutros locais na freguesia e concelho da Marinha Grande.

Além da “atividade física” semanal, também se promovem “circuitos de manutenção” na Instituição (no seu interior e pátio desta).

**Experiência de Desenvolvimento de Atividade com Idosos:**

Não:  Sim:  Qual: Estas “aulas de atividade física na 3ª idade” já decorrem à cerca de 16 anos na instituição (desde 2007); por outro lado, a instituição já desenvolve “atividade física” com idosos desde finais de 1987, por isso, já há cerca de 36 anos.

## OUTRAS INFORMAÇÕES

Dados do Técnico Exercício Físico responsável pela atividade (Professor):

Nome Completo: Roberto Miguel Gomes Pereira

Habilitações Literárias: Licenciatura em Educação Física, Saúde e Desporto

Número Cédula Técnico de Exercício Físico (ao abrigo do D. Lei n.º 39/2012 de 28 de agosto): 30579

(obrigatório o envio do documento em anexo à candidatura)

Idade: 31 anos

Telemóvel: 917737974

Profissão: Professor de Educação Física

Dias e Horário da atividade:

Dia(s) da Semana(s): 4ª e/ou 5ª feira

Horário: +-, das 14h45m às 15h45m

Número de participantes:

Entre 23 a 25 participantes.

Outras informações:

Por se tratar de uma instituição que tem juntado idosos das respostas sociais de ERPI/Lar, Centro de Dia e SAD (com o serviço de animação), os grupos formados são heteroqéneos, não só em termos de mobilidade mas também em idade.

Atualmente, usufruem da "Atividade Física na 3ª Idade" cerca de 23 utentes idosos, distribuídos respetivamente pelas seguintes respostas sociais: ERPI/Lar = 7, Centro de Dia = 12, e SAD = 4.

O requerente assume inteira responsabilidade nos termos da lei, pela exactidão de todas as declarações e documentos constantes deste formulário de candidatura. Falsas declarações implicam o indeferimento do processo.

Data: 26/06/2023 Assinatura (s): \_\_\_\_\_

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL

MARINHA DE LEIRIA

Cédula N.º 501 031 / 20

Largo da República - Tel./Fax 244 697 349

2430-795 VIEIRA DE LEIRIA

## A PREENCHER PELA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

- a) Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada, emitida pela Segurança Social;
- b) Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada, emitida pelas Finanças;
- c) Relatório e contas actualizado;
- d) Acta da assembleia-geral de aprovação das contas;
- e) Comprovativo do NIB mencionando o nome da entidade (ex. extracto bancário).

(ficam dispensados da apresentação destes documentos as entidades cujos documentos já estejam na posse da Câmara Municipal)